

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 499.965 - SP (2019/0080921-6)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : RODRIGO BIAGIONI**  
**ADVOGADO : RODRIGO BIAGIONI - SP209989**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JHONATAN HENRIQUE FERREIRA AVELINO (PRESO)**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS (162 G DE MACONHA). PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. EVIDÊNCIA DE ILEGALIDADE. PARECER ACOLHIDO.

Ordem concedida nos termos do dispositivo.

## DECISÃO

Por meio deste *habeas corpus*, pretende-se a imediata revogação da prisão preventiva decretada contra **Jhonatan Henrique Ferreira Avelino** no Processo n. 1503118-44.2018.8.26.0400, da Vara Criminal da comarca de Olímpia/SP, sob o argumento, em resumo, de falta de fundamentação idônea a amparar a custódia.

Indeferi o pedido liminar (fls. 92/93).

Prestadas as informações (fls. 97/98), o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fls. 101/104).

É o relatório.

Da análise mais detida dos autos, verifico que está correto o parecer escrito pelo Subprocurador-Geral da República Mário Pimentel Albuquerque, o qual adoto como razão de decidir (fls. 102/104 - grifo nosso):

[...]

Realmente, não houve fundamentação idônea a ensejar a prisão provisória do réu, ante a ausência da perfeita subsunção das circunstâncias do caso aos requisitos da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

**A decisão do juízo de primeira instância limitou-se a expressar questões de ordem abstrata e de cunho genérico, simplesmente fazendo menção aos requisitos do art. 312 do CPP, sem, contudo, adequá-los ao caso concreto.** Veja-se, a propósito, o seguinte trecho decisão que decretou a prisão preventiva (e-STJ, fl. 15):

*A manutenção da prisão processual da parte autuada se faz necessária, porquanto os pressupostos e os fundamentos que a ensejaram (fumus commissi delicti et periculum libertatis), bem como os requisitos de admissibilidade, por*

# Superior Tribunal de Justiça

*ora se sustentam, nos termos do art. 312 c.c. o art. 313, I, do CPP, justificando-se a manutenção como garantia da ordem pública, em homenagem aos bens jurídicos tutelados (a saúde pública, primariamente, e a vida, a saúde pessoal e a família [STF, RT 618/407], secundariamente), haja vista a gravidade do fato indicado (tráfico ilícito de drogas) e a repercussão social, mormente para uma cidade interiorana de proporções pequenas, como é Severínia. ESSE COMPORTAMENTO PROMOVE DESORDEM CONCRETA (PALPÁVEL) NA SOCIEDADE, COM REFLEXOS NEGATIVOS E TRAUMÁTICOS NA VIDA DE FAMÍLIAS. E SEM ORDEM NÃO HÁ PROGRESSO.*

Por sua vez, o acórdão atacado acrescentou que “... os crimes de tráfico e de associação ao tráfico, ainda que não cometidos com violência e grave ameaça, fomentam, em tese, a prática de outros delitos tão ou mais graves, o que provoca, com frequência alarmante, intranquilidade para o seio da comunidade, justificando a prisão cautelar, pois indispensável à garantia da ordem pública. Note-se, ainda, que referidos delitos têm como principal engrenagem motora a dependência química e psíquica, principalmente por parte de jovens de diferentes classes sociais, o que acaba por resultar no aumento da criminalidade pelo cometimento de crimes mais graves em prol do sustento de tal vício. Assim, temerária a soltura da paciente neste momento, pois a sua colocação em liberdade dar-se-ia em grave prejuízo à sociedade.” (e-STJ, fl. 93)

Esse tipo de entendimento transforma em regra aquilo que, expressamente, deve ser interpretado como a exceção, de modo que, se tomarmos como verdadeira a afirmação trazida pelo acórdão, toda prisão em flagrante consistente na prática de crime de tráfico de entorpecentes deve ser convertida em preventiva, independentemente da análise das circunstâncias do caso concreto.

**Ora, é cediço o entendimento das Cortes Superiores pátrias de que a prisão antecipada é medida excepcional que deverá estar, obrigatoriamente, fundamentada em dados específicos e concretos, ao revés daquela fórmula genérica, baseada, sobretudo, na própria conduta delitiva abstratamente considerada. Igualmente, a simples menção aos requisitos legais da segregação não se presta a embasar a custódia cautelar.**

Corroborando esse entendimento, colacionamos o seguinte precedente:

“[...] 3. A segregação cautelar é medida excepcional, mesmo no crime de tráfico de entorpecentes, sendo certo que o decreto de prisão processual exige a especificação concreta da existência de pelo menos um dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. 4. Não havendo elementos hábeis e específicos a justificar a custódia, resta configurada ilegalidade na decretação de preventiva, tendo em vista que a fundamentação baseada genericamente na garantia da ordem pública não encontra amparo na jurisprudência desta Corte.

Precedentes. 5. Hipótese em que o posicionamento sedimentado na Súmula 691 merece ser superado, pois se mostra devida a concessão de liberdade provisória, dadas as circunstâncias do delito, as condições judiciais favoráveis da paciente bem como o fato de não se tratar de tráfico de grande proporção 44,79g de maconha. 6.

*Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício. (HC 306.695/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 12/03/2015) [g.n.].

# *Superior Tribunal de Justiça*

Destacamos, ainda, que a existência de indícios de autoria e prova da materialidade, bem como o juízo valorativo sobre a gravidade genérica do delito imputado ao paciente não se prestam isoladamente a embasar a custódia cautelar.

Ante o exposto, opinamos pela concessão da ordem, sem prejuízo da decretação de nova prisão cautelar, desde de que esteja concretamente fundamentada.

Realmente, vê-se dos autos que a motivação adotada para decretar a prisão do paciente é genérica e não se presta a justificar a medida extrema.

Assim, acolhendo a opinião ministerial, **concedo** a ordem para revogar a prisão preventiva de **Jhonatan Henrique Ferreira Avelino**, salvo se por outra razão estiver preso e ressalvada a possibilidade de haver decretação de prisão e aplicação de medidas cautelares diversas no Juízo processante, caso se apresente motivo concreto para tanto.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator